

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 205.230 - RS (2012/0148770-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE** : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PROCURADOR** : JOSÉ GUILHERME KLIEMANN E OUTRO(S) - RS029223  
**AGRAVADO** : ADRIANE FERREIRA BORBA  
**ADVOGADO** : FERNANDA FONSECA DUTRA E OUTRO(S) - RS071121

**DECISÃO**

Cinge-se a controvérsia sobre a validade da correção monetária e dos juros moratórios segundo os índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.

Ocorre que o Ministro Luiz Fux deferiu efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelos entes federativos estaduais no sentido de que a "imediata aplicação do decisum embargado pelas instâncias a quo, antes da apreciação do pleito de modulação dos efeitos da orientação estabelecida, pode realmente dar ensejo à realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas (ED no RE n. 870.947, Relator Min. Luiz Fux, decisão no DJe: 26/9/2018)".

A decisão liminar será submetida ad referendum do Plenário, nos termos do art. 21, V, do RISTF.

Assim, determino o **sobrestamento do feito** junto à Coordenadoria da Primeira Turma até que o Pleno do STF **aprecie a decisão liminar proferida pelo então Ministro Luiz Fux nos Embargos de Declaração no RE n. 870.947/SE.**

Após, voltem os autos conclusos ao Gabinete.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator